



OP-066MR-21
CÓD: 7908403502530

MP-SP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Auxiliar de Promotoria I

***A APOSTILA PREPARATÓRIA É ELABORADA
ANTES DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL OFICIAL COM BASE NO EDITAL
ANTERIOR, PARA QUE O ALUNO ANTECIPE SEUS ESTUDOS.***

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários).	01
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.	10
3. Pontuação.	10
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.	11
5. Concordância verbal e nominal.	19
6. Regência verbal e nominal.	21
7. Colocação pronominal.	22
8. Crase	22

Matemática

1. Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal; Mínimo múltiplo comum	01
2. Porcentagem	10
3. Razão e proporção	12
4. Regra de três simples	13
5. Equação do 1.º grau	14
6. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	17
7. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico	18
8. Noções de geometria plana – forma, área, perímetro e Teorema de Pitágoras	22

Legislação

1. Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, Título VI – Dos deveres, das proibições e das responsabilidades, arts. 241 a 250.	01
---	----

História

1. Da Revolução de 1930 ao Brasil contemporâneo: A Era Vargas	01
2. O Brasil na II Guerra.	03
3. Regime Militar – 1964-1985: o Golpe de 1964 e o Regime Militar; a repressão política e o “milagre econômico”; fim do Regime Militar; Campanha Diretas Já! (1984); Eleições de Tancredo Neves e José Sarney (1985). Presidentes posteriores.	06

Geografia

1. O Brasil no mundo: localização; extensão. A natureza brasileira: os grandes domínios morfoclimáticos. Hidrografia e aproveitamento dos principais rios. A vegetação original. Os recursos naturais.	01
2. Os problemas ambientais.	20
3. A população brasileira: crescimento e distribuição. Estrutura da população. Mobilidade.	21
4. A organização do espaço brasileiro: As atividades industriais. O espaço agropecuário. Comércio, transportes e comunicações. O espaço urbano.	23
5. As relações do Brasil com o mundo: o Brasil no Mercosul.	53

Noções de Informática

1. MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos 01
2. MS-Office 2010. MS-Word 2010: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides . . 05
3. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. 15

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários).	01
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.	10
3. Pontuação.	10
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.	11
5. Concordância verbal e nominal.	19
6. Regência verbal e nominal.	21
7. Colocação pronominal.	22
8. Crase	22

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseje que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio *“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz *“A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”*, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma *“Amigo de amigo meu é meu amigo”* não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz *“Todos os políticos são ladrões”*, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

- Emprego de noções científicas sem nenhum rigor, fora do contexto adequado, sem o significado apropriado, vulgarizando-as e atribuindo-lhes uma significação subjetiva e grosseira. É o caso, por exemplo, da frase “*O imperialismo de certas indústrias não permite que outras cresçam*”, em que o termo imperialismo é descabido, uma vez que, a rigor, significa “*ação de um Estado visando a reduzir outros à sua dependência política e econômica*”.

A boa argumentação é aquela que está de acordo com a situação concreta do texto, que leva em conta os componentes envolvidos na discussão (o tipo de pessoa a quem se dirige a comunicação, o assunto, etc).

Convém ainda alertar que não se convence ninguém com manifestações de sinceridade do autor (como eu, que não costumo mentir...) ou com declarações de certeza expressas em fórmulas feitas (como estou certo, creio firmemente, é claro, é óbvio, é evidente, afirmo com toda a certeza, etc). Em vez de prometer, em seu texto, sinceridade e certeza, autenticidade e verdade, o enunciador deve construir um texto que revele isso. Em outros termos, essas qualidades não se prometem, manifestam-se na ação.

A argumentação é a exploração de recursos para fazer parecer verdadeiro aquilo que se diz num texto e, com isso, levar a pessoa a que texto é endereçado a crer naquilo que ele diz.

Um texto dissertativo tem um assunto ou tema e expressa um ponto de vista, acompanhado de certa fundamentação, que inclui a argumentação, questionamento, com o objetivo de persuadir. Argumentar é o processo pelo qual se estabelecem relações para chegar à conclusão, com base em premissas. Persuadir é um processo de convencimento, por meio da argumentação, no qual procura-se convencer os outros, de modo a influenciar seu pensamento e seu comportamento.

A persuasão pode ser válida e não válida. Na persuasão válida, expõem-se com clareza os fundamentos de uma ideia ou proposição, e o interlocutor pode questionar cada passo do raciocínio empregado na argumentação. A persuasão não válida apoia-se em argumentos subjetivos, apelos subliminares, chantagens sentimentais, com o emprego de “*apelações*”, como a inflexão de voz, a mímica e até o choro.

Alguns autores classificam a dissertação em duas modalidades, expositiva e argumentativa. Esta, exige argumentação, razões a favor e contra uma ideia, ao passo que a outra é informativa, apresenta dados sem a intenção de convencer. Na verdade, a escolha dos dados levantados, a maneira de expô-los no texto já revelam uma “*tomada de posição*”, a adoção de um ponto de vista na dissertação, ainda que sem a apresentação explícita de argumentos. Desse ponto de vista, a dissertação pode ser definida como discussão, debate, questionamento, o que implica a liberdade de pensamento, a possibilidade de discordar ou concordar parcialmente. A liberdade de questionar é fundamental, mas não é suficiente para organizar um texto dissertativo. É necessária também a exposição dos fundamentos, os motivos, os porquês da defesa de um ponto de vista.

Pode-se dizer que o homem vive em permanente atitude argumentativa. A argumentação está presente em qualquer tipo de discurso, porém, é no texto dissertativo que ela melhor se evidencia.

Para discutir um tema, para confrontar argumentos e posições, é necessária a capacidade de conhecer outros pontos de vista e seus respectivos argumentos. Uma discussão impõe, muitas vezes, a análise de argumentos opostos, antagônicos. Como sempre, essa capacidade aprende-se com a prática. Um bom exercício para aprender a argumentar e contra-argumentar consiste em desenvolver as seguintes habilidades:

- **argumentação**: anotar todos os argumentos a favor de uma ideia ou fato; imaginar um interlocutor que adote a posição totalmente contrária;

- **contra-argumentação**: imaginar um diálogo-debate e quais os argumentos que essa pessoa imaginária possivelmente apresentaria contra a argumentação proposta;

- **refutação**: argumentos e razões contra a argumentação oposta.

A argumentação tem a finalidade de persuadir, portanto, argumentar consiste em estabelecer relações para tirar conclusões válidas, como se procede no método dialético. O método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno em questão e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Descartes (1596-1650), filósofo e pensador francês, criou o método de raciocínio silogístico, baseado na dedução, que parte do simples para o complexo. Para ele, verdade e evidência são a mesma coisa, e pelo raciocínio torna-se possível chegar a conclusões verdadeiras, desde que o assunto seja pesquisado em partes, começando-se pelas proposições mais simples até alcançar, por meio de deduções, a conclusão final. Para a linha de raciocínio cartesiana, é fundamental determinar o problema, dividi-lo em partes, ordenar os conceitos, simplificando-os, enumerar todos os seus elementos e determinar o lugar de cada um no conjunto da dedução.

A lógica cartesiana, até os nossos dias, é fundamental para a argumentação dos trabalhos acadêmicos. Descartes propôs quatro regras básicas que constituem um conjunto de reflexos vitais, uma série de movimentos sucessivos e contínuos do espírito em busca da verdade:

- evidência;
- divisão ou análise;
- ordem ou dedução;
- enumeração.

A enumeração pode apresentar dois tipos de falhas: a omissão e a incompreensão. Qualquer erro na enumeração pode quebrar o encadeamento das ideias, indispensável para o processo dedutivo.

A forma de argumentação mais empregada na redação acadêmica é o *silogismo*, raciocínio baseado nas regras cartesianas, que contém três proposições: *duas premissas*, maior e menor, e *a conclusão*. As três proposições são encadeadas de tal forma, que a conclusão é deduzida da maior por intermédio da menor. A premissa maior deve ser universal, emprega *todo*, *nenhum*, *pois alguns* não caracteriza a universalidade. Há dois métodos fundamentais de raciocínio: a *dedução* (silogística), que parte do geral para o particular, e a *indução*, que vai do particular para o geral. A expressão formal do método dedutivo é o silogismo. A dedução é o caminho das consequências, baseia-se em uma conexão descendente (do geral para o particular) que leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias gerais, de verdades universais, pode-se chegar à previsão ou determinação de fenômenos particulares. O percurso do raciocínio vai da causa para o efeito. Exemplo:

Todo homem é mortal (premissa maior = geral, universal)
Fulano é homem (premissa menor = particular)
Logo, Fulano é mortal (conclusão)

A indução percorre o caminho inverso ao da dedução, baseia-se em uma conexão ascendente, do particular para o geral. Nesse caso, as constatações particulares levam às leis gerais, ou seja, parte de fatos particulares conhecidos para os fatos gerais, desconhecidos. O percurso do raciocínio se faz do *efeito* para a *causa*. Exemplo:

O calor dilata o ferro (particular)
O calor dilata o bronze (particular)
O calor dilata o cobre (particular)
O ferro, o bronze, o cobre são metais

Logo, o calor dilata metais (geral, universal)

Quanto a seus aspectos formais, o silogismo pode ser válido e verdadeiro; a conclusão será verdadeira se as duas premissas também o forem. Se há erro ou equívoco na apreciação dos fatos, pode-se partir de premissas verdadeiras para chegar a uma conclusão falsa. Tem-se, desse modo, o **sofisma**. Uma definição inexata, uma divisão incompleta, a ignorância da causa, a falsa analogia são algumas causas do sofisma. O sofisma pressupõe má fé, intenção deliberada de enganar ou levar ao erro; quando o sofisma não tem essas intenções propositais, costuma-se chamar esse processo de argumentação de **paralogismo**. Encontra-se um exemplo simples de sofisma no seguinte diálogo:

- Você concorda que possui uma coisa que não perdeu?
- Lógico, concordo.
- Você perdeu um brilhante de 40 quilates?
- Claro que não!
- Então você possui um brilhante de 40 quilates...

Exemplos de sofismas:

Dedução

Todo professor tem um diploma (geral, universal)
Fulano tem um diploma (particular)
Logo, fulano é professor (geral – conclusão falsa)

Indução

O Rio de Janeiro tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
Taubaté (SP) tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
Rio de Janeiro e Taubaté são cidades.

Logo, toda cidade tem uma estátua do Cristo Redentor. (geral – conclusão falsa)

Nota-se que as premissas são verdadeiras, mas a conclusão pode ser falsa. Nem todas as pessoas que têm diploma são professores; nem todas as cidades têm uma estátua do Cristo Redentor. Comete-se erro quando se faz generalizações apressadas ou infundadas. A “simples inspeção” é a ausência de análise ou análise superficial dos fatos, que leva a pronunciamentos subjetivos, baseados nos sentimentos não ditados pela razão.

Tem-se, ainda, outros métodos, subsidiários ou não fundamentais, que contribuem para a descoberta ou comprovação da verdade: análise, síntese, classificação e definição. Além desses, existem outros métodos particulares de algumas ciências, que adaptam os processos de dedução e indução à natureza de uma realidade particular. Pode-se afirmar que cada ciência tem seu método próprio demonstrativo, comparativo, histórico etc. A análise, a síntese, a classificação e a definição são chamadas métodos sistemáticos, porque pela organização e ordenação das ideias visam sistematizar a pesquisa.

Análise e síntese são dois processos opostos, mas interligados; a análise parte do todo para as partes, a síntese, das partes para o todo. A análise precede a síntese, porém, de certo modo, uma depende da outra. A análise decompõe o todo em partes, enquanto a síntese recompõe o todo pela reunião das partes. Sabe-se, porém, que o todo não é uma simples justaposição das partes. Se alguém reunisse todas as peças de um relógio, não significa que reconstruiu o relógio, pois fez apenas um amontoado de partes. Só reconstruiria todo se as partes estivessem organizadas, devidamente combinadas, seguida uma ordem de relações necessárias, funcionais, então, o relógio estaria reconstruído.

Síntese, portanto, é o processo de reconstrução do todo por meio da integração das partes, reunidas e relacionadas num conjunto. Toda síntese, por ser uma reconstrução, pressupõe a análise, que é a decomposição. A análise, no entanto, exige uma decomposição organizada, é preciso saber como dividir o todo em partes. As operações que se realizam na análise e na síntese podem ser assim relacionadas:

Análise: penetrar, decompor, separar, dividir.
Síntese: integrar, recompor, juntar, reunir.

A análise tem importância vital no processo de coleta de ideias a respeito do tema proposto, de seu desdobramento e da criação de abordagens possíveis. A síntese também é importante na escolha dos elementos que farão parte do texto.

Segundo Garcia (1973, p.300), a análise pode ser *formal ou informal*. A análise formal pode ser científica ou experimental; é característica das ciências matemáticas, físico-naturais e experimentais. A análise informal é racional ou total, consiste em “discernir” por vários atos distintos da atenção os elementos constitutivos de um todo, os diferentes caracteres de um objeto ou fenômeno.

A análise decompõe o todo em partes, a classificação estabelece as necessárias relações de dependência e hierarquia entre as partes. Análise e classificação ligam-se intimamente, a ponto de se confundir uma com a outra, contudo são procedimentos diversos: análise é decomposição e classificação é hierarquização.

Nas ciências naturais, classificam-se os seres, fatos e fenômenos por suas diferenças e semelhanças; fora das ciências naturais, a classificação pode-se efetuar por meio de um processo mais ou menos arbitrário, em que os caracteres comuns e diferenciadores são empregados de modo mais ou menos convencional. A classificação, no reino animal, em ramos, classes, ordens, subordens, gêneros e espécies, é um exemplo de classificação natural, pelas características comuns e diferenciadoras. A classificação dos variados itens integrantes de uma lista mais ou menos caótica é artificial.

Exemplo: aquecedor, automóvel, barbeador, batata, caminhão, canário, jipe, leite, ônibus, pão, pardal, pintassilgo, queijo, relógio, sabiá, torradeira.

Aves: Canário, Pardal, Pintassilgo, Sabiá.

Alimentos: Batata, Leite, Pão, Queijo.

Mecanismos: Aquecedor, Barbeador, Relógio, Torradeira.

Veículos: Automóvel, Caminhão, Jipe, Ônibus.

Os elementos desta lista foram classificados por ordem alfabética e pelas afinidades comuns entre eles. Estabelecer critérios de classificação das ideias e argumentos, pela ordem de importância, é uma habilidade indispensável para elaborar o desenvolvimento de uma redação. Tanto faz que a ordem seja crescente, do fato mais importante para o menos importante, ou decrescente, primeiro o menos importante e, no final, o impacto do mais importante; é indispensável que haja uma lógica na classificação. A elaboração do plano compreende a classificação das partes e subdivisões, ou seja, os elementos do plano devem obedecer a uma hierarquização. (Garcia, 1973, p. 302304.)

Para a clareza da dissertação, é indispensável que, logo na introdução, os termos e conceitos sejam definidos, pois, para expressar um questionamento, deve-se, de antemão, expor clara e racionalmente as posições assumidas e os argumentos que as justificam. É muito importante deixar claro o campo da discussão e a posição adotada, isto é, esclarecer não só o assunto, mas também os pontos de vista sobre ele.

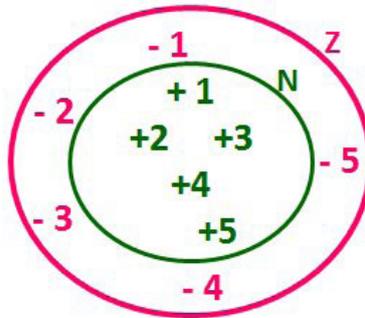
MATEMÁTICA

1. Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal; Mínimo múltiplo comum	01
2. Porcentagem	10
3. Razão e proporção	12
4. Regra de três simples	13
5. Equação do 1.º grau	14
6. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	17
7. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico	18
8. Noções de geometria plana – forma, área, perímetro e Teorema de Pitágoras	22

RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA, ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO OU RADICIAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS, NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL; MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}, (N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



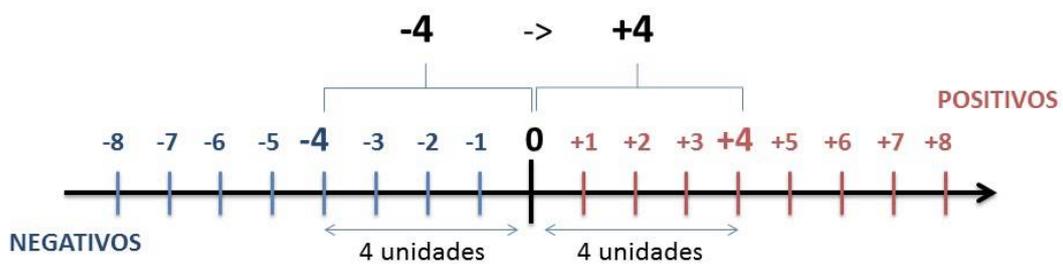
$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos.

Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

2) Não existe divisão por zero.

3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a **base** e o número *n* é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a* *n* vezes. Tenha em mente que:

– Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

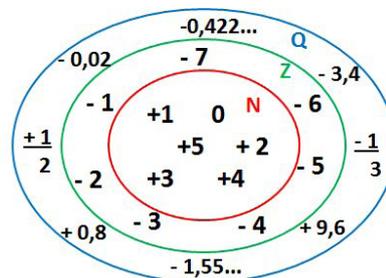
3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333\dots$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444\dots = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131\dots = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278\dots = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica.

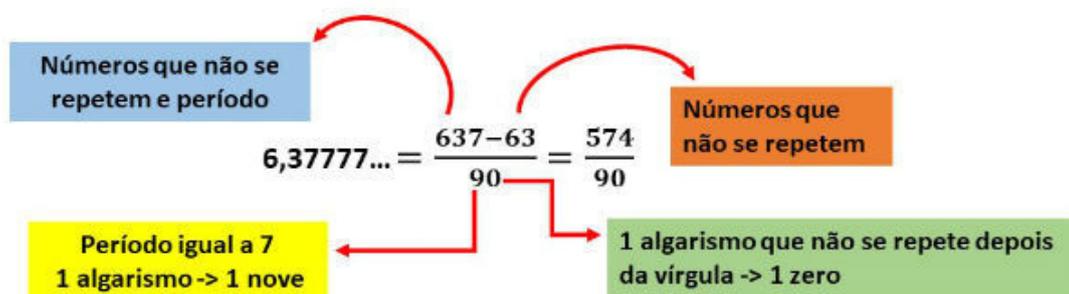
$$0,58\overline{333} = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Simplificando

Parte não periódica com 2 algarismos Período com 1 algarismo 1 algarismo 9 2 algarismos zeros

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)



$6\frac{34}{90} \rightarrow$ temos uma fração mista, transformando - a $\rightarrow (6 \cdot 90 + 34) = 574$, logo : $\frac{574}{90}$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item “a”, acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

Exemplo:

(PREF. NITERÓI) Simplificando a expressão abaixo

Obtém-se $\frac{1,3333... + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$:

- (A) $\frac{1}{2}$
- (B) 1
- (C) $\frac{3}{2}$
- (D) 2
- (E) 3

Resolução:

$1,3333... = \frac{12}{9} = \frac{4}{3}$
 $1,5 = \frac{15}{10} = \frac{3}{2}$
 $\frac{\frac{4}{3} + \frac{3}{2}}{\frac{3}{2} + \frac{4}{3}} = \frac{\frac{17}{6}}{\frac{17}{6}} = 1$

Resposta: B

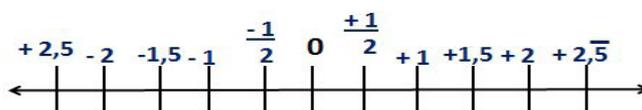
Caraterísticas dos números racionais

O **módulo** e o **número oposto** são as mesmas dos números inteiros.

Inverso: dado um número racional a/b o inverso desse número $(a/b)^{-n}$, é a fração onde o numerador vira denominador e o denominador numerador $(b/a)^n$.

$$\left(\frac{a}{b}\right)^{-n}, a \neq 0 = \left(\frac{b}{a}\right)^n, b \neq 0$$

Representação geométrica



Observa-se que entre dois inteiros consecutivos existem infinitos números racionais.

Operações

• **Soma ou adição:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos a adição entre os números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{ad + bc}{bd}$$

• **Subtração:** a subtração de dois números racionais p e q é a própria operação de adição do número p com o oposto de q , isto é: $p - q = p + (-q)$

$$\frac{a}{b} - \frac{c}{d} = \frac{ad - bc}{bd}$$

ATENÇÃO: Na adição/subtração se o denominador for igual, conserva-se os denominadores e efetua-se a operação apresentada.

Exemplo:

(PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA) Na escola onde estudo, $\frac{1}{4}$ dos alunos tem a língua portuguesa como disciplina favorita, $\frac{9}{20}$ têm a matemática como favorita e os demais têm ciências como favorita. Sendo assim, qual fração representa os alunos que têm ciências como disciplina favorita?

- (A) $\frac{1}{4}$
- (B) $\frac{3}{10}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{3}{2}$

Resolução:

Somando português e matemática:

$$\frac{1}{4} + \frac{9}{20} = \frac{5+9}{20} = \frac{14}{20} = \frac{7}{10}$$

O que resta gosta de ciências:

$$1 - \frac{7}{10} = \frac{3}{10}$$

Resposta: B

• **Multiplicação:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos o produto de dois números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que o produto de frações, através de:

$$\frac{a}{b} \times \frac{c}{d} = \frac{ac}{bd}$$

• **Divisão:** a divisão de dois números racionais p e q é a própria operação de multiplicação do número p pelo inverso de q , isto é: $p \div q = p \times q^{-1}$

$$\frac{a}{b} \div \frac{c}{d} = \frac{a}{b} \cdot \frac{d}{c}$$

Exemplo:

(PM/SE – SOLDADO 3ªCLASSE – FUNCAB) Numa operação policial de rotina, que abordou 800 pessoas, verificou-se que $\frac{3}{4}$ dessas pessoas eram homens e $\frac{1}{5}$ deles foram detidos. Já entre as mulheres abordadas, $\frac{1}{8}$ foram detidas.

Qual o total de pessoas detidas nessa operação policial?

- (A) 145
- (B) 185
- (C) 220
- (D) 260
- (E) 120

Resolução:

$$800 \cdot \frac{3}{4} = 600 \text{ homens}$$

$$600 \cdot \frac{1}{5} = 120 \text{ homens detidos}$$

Como $\frac{3}{4}$ eram homens, $\frac{1}{4}$ eram mulheres

$$800 \cdot \frac{1}{4} = 200 \text{ mulheres ou } 800 - 600 = 200 \text{ mulheres}$$

$$200 \cdot \frac{1}{8} = 25 \text{ mulhers detidas}$$

Total de pessoas detidas: $120 + 25 = 145$

Resposta: A

• **Potenciação:** é válido as propriedades aplicadas aos números inteiros. Aqui destacaremos apenas as que se aplicam aos números racionais.

A) Toda potência com expoente negativo de um número racional diferente de zero é igual a outra potência que tem a base igual ao inverso da base anterior e o expoente igual ao oposto do expoente anterior.

$$\left(-\frac{3}{5}\right)^{-2} = \left(-\frac{5}{3}\right)^2 = \frac{25}{9}$$

B) Toda potência com expoente ímpar tem o mesmo sinal da base.

$$\left(\frac{2}{3}\right)^3 = \left(\frac{2}{3}\right) \cdot \left(\frac{2}{3}\right) \cdot \left(\frac{2}{3}\right) = \frac{8}{27}$$

LEGISLAÇÃO

1. Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, Título VI – Dos deveres, das proibições e das responsabilidades, arts. 241 a 250... .01

**LEI Nº 10.261, DE 28 DE OUTUBRO DE 1968, TÍTULO VI
– DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES, ARTS. 241 A 250**

LEI Nº 10.261, DE 28 DE OUTUBRO DE 1968

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado

**TÍTULO VI
DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES
CAPÍTULO I
DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES
SEÇÃO I
DOS DEVERES**

Artigo 241 - São deveres do funcionário:

- I - ser assíduo e pontual;
- II - cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;
- III - desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;
- IV - guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências;
- V - representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;
- VI - tratar com urbanidade as pessoas; (NR)
- Inciso VI com redação dada pela Lei Complementar nº 1.096, de 24/09/2009.
- VII - residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado;
- VIII - providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, a sua declaração de família;
- IX - zelar pela economia do material do Estado e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização;
- X - apresentar -se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado, quando for o caso;
- XI - atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para defesa do Estado, em Juízo;
- XII - cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho,
- XIII - estar em dia com as leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções; e
- XIV - proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública.

**SEÇÃO II
DAS PROIBIÇÕES**

Artigo 242 - Ao funcionário é proibido:

- I - Revogado.
- Inciso I revogado pela Lei Complementar nº 1.096, de 24/09/2009.
- II - retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição;
- III - entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço;
- IV - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;
- V - tratar de interesses particulares na repartição;
- VI - promover manifestações de apreço ou desapeço dentro da repartição, ou tornar-se solidário com elas;

- VII - exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição; e
- VIII - empregar material do serviço público em serviço particular.

Artigo 243 - É proibido ainda, ao funcionário:

- I - fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, por si, ou como representante de outrem;
 - II - participar da gerência ou administração de empresas bancárias ou industriais, ou de sociedades comerciais, que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado, sejam por este subvencionadas ou estejam diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado;
 - III - requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juros ou outros favores semelhantes, federais, estaduais ou municipais, exceto privilégio de invenção própria;
 - IV - exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relações com o Governo, em matéria que se relacione com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado;
 - V - aceitar representação de Estado estrangeiro, sem autorização do Presidente da República;
 - VI - comerciar ou ter parte em sociedades comerciais nas condições mencionadas no item II deste artigo, podendo, em qualquer caso, ser acionista, quotista ou comanditário;
 - VII - incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o serviço público;
 - VIII - praticar a usura;
 - IX - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, exceto quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau;
 - X - receber estipêndios de firmas fornecedoras ou de entidades fiscalizadas, no País, ou no estrangeiro, mesmo quando estiver em missão referente à compra de material ou fiscalização de qualquer natureza;
 - XI - valer-se de sua qualidade de funcionário para desempenhar atividade estranha às funções ou para lograr, direta ou indiretamente, qualquer proveito; e
 - XII - fundar sindicato de funcionários ou deles fazer parte.
- Parágrafo único — Não está compreendida na proibição dos itens II e VI deste artigo, a participação do funcionário em sociedades em que o Estado seja acionista, bem assim na direção ou gerência de cooperativas e associações de classe, ou como seu sócio.
- Artigo 244 - É vedado ao funcionário trabalhar sob as ordens imediatas de parentes, até segundo grau, salvo quando se tratar de função de confiança e livre escolha, não podendo exceder a 2 (dois) o número de auxiliares nessas condições.

**CAPÍTULO II
DAS RESPONSABILIDADES**

Artigo 245 - O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por dolo ou culpa, devidamente apurados.

Parágrafo único - Caracteriza-se especialmente a responsabilidade:

- I - pela sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade, ou por não prestar contas, ou por não as tomar, na forma e no prazo estabelecidos nas leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço;
- II - pelas faltas, danos, avarias e quaisquer outros prejuízos que sofrerem os bens e os materiais sob sua guarda, ou sujeitos a seu exame ou fiscalização;
- III - pela falta ou inexactidão das necessárias averbações nas notas de despacho, guias e outros documentos da receita, ou que tenham com eles relação; e

HISTÓRIA

1. Da Revolução de 1930 ao Brasil contemporâneo: A Era Vargas01
2. O Brasil na II Guerra.03
3. Regime Militar – 1964-1985: o Golpe de 1964 e o Regime Militar; a repressão política e o “milagre econômico”; fim do Regime Militar; Campanha Diretas Já! (1984); Eleições de Tancredo Neves e José Sarney (1985). Presidentes posteriores.06

DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO BRASIL CONTEMPORÂNEO: A ERA VARGAS

A ERA VARGAS

Governo Provisório

Ao assumir a chefia do governo provisório em 1930, apoiado pelos militares, Getúlio Vargas aboliu a Constituição de 1891, dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras municipais e instituiu um regime de emergência. Com exceção do governador Olegário Maciel, de Minas Gerais, todos os demais (na época, chamados de presidentes de estado) foram substituídos por **interventores**, pessoas da confiança do presidente, escolhidos por ele entre os egressos do movimento tenentista¹.

Em São Paulo, a nomeação do tenentista pernambucano João Alberto Lins de Barros para interventor provocou descontentamento entre as elites, que passaram a exigir um interventor civil e paulista. Os desdobramentos do descontentamento da população em relação a Vargas levaram à deflagração da Revolução Constitucionalista, em julho de 1932.

Devido à debilidade de suas convicções ideológicas, o tenentismo perdeu muito de sua influência junto ao governo Vargas. Vários de seus representantes voltaram para os quartéis, outros se aliaram ao comunismo ou a grupos simpatizantes do fascismo. Os que continuaram no governo permaneceram subordinados ao presidente.

Legislação Trabalhista

A obra pela qual o governo de Getúlio Vargas é mais lembrado é a **legislação trabalhista**, iniciada com a criação do **Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, em novembro de 1930. As leis de proteção ao trabalhador regularam o trabalho de mulheres e crianças, estabeleceram jornada máxima de oito horas diárias de trabalho, criaram o descanso semanal remunerado e garantiram o direito a férias (já concedido anteriormente, em 1923, porém nunca colocado em prática) e à aposentadoria, entre outras novidades.

Esse conjunto de leis seria sistematizado em 1943, com a **Consolidação das Leis do Trabalho** (CLT). Ao mesmo tempo, em 1931 o governo aprovou a Lei de Sindicalização, que estabelecia o controle do Ministério do Trabalho sobre a ação sindical. Os sindicatos passaram a ser órgãos consultivos do poder público; só podiam funcionar com autorização do Ministério do Trabalho, que, por sua vez, tinha poderes de intervenção tão importantes nas atividades sindicais que podia até afastar diretores.

Assim, anarquistas e comunistas foram afastados do movimento sindical pelo governo e reagiram à lei, considerada autoritária, por meio de greves e manifestações. Aos poucos, porém, diversos setores sindicais passaram a acatá-la.

A legislação trabalhista - apresentada à população como uma "dívida do governo" - e a aproximação em relação aos sindicatos faziam parte de um tipo de política que seria caracterizado como populista, anos mais tarde. Apresentado como autor magnânimo das leis trabalhistas, Getúlio era chamado de "**pai dos pobres**", uma espécie de protetor da classe trabalhadora, desconsiderando as conquistas como resultado das lutas dos trabalhadores.

A Constituição de 1934

Em 1932, Getúlio Vargas ainda governava sob um regime de exceção. Em fevereiro do mesmo ano, o governo aprovou um novo **Código Eleitoral** que trazia algumas novidades:

- criava a Justiça Eleitoral, para coibir as fraudes eleitorais;
- instituiu o voto secreto, principalmente para minar a influência dos coronéis sobre os eleitores (releia o Capítulo 3);
- reduzia de 21 anos para 18 a idade mínima do eleitor;
- garantia o direito de voto às mulheres, antiga reivindicação dos grupos feministas, que tinham entre suas principais militantes a enfermeira Bertha Lutz (1894-1976).

Pressionado por diversos setores da sociedade, juntamente com a divulgação do novo Código Eleitoral, o governo convocou eleições para maio de 1933, visando à formação de uma Assembleia Constituinte. Entre os 254 constituintes eleitos encontrava-se a médica Carlota Pereira de Queirós, candidata por São Paulo e primeira deputada do Brasil.

Promulgada em julho de 1934, a nova Constituição incorporou a legislação trabalhista em vigor, acrescentando a ela a instituição do salário mínimo (que seria criado somente em 1940) e criou o Tribunal do Trabalho. Pela nova Carta, analfabetos e soldados continuavam proibidos de votar.

Ainda em julho de 1934 os constituintes elegeram Getúlio Vargas para a Presidência da República, pondo fim ao governo provisório. De acordo com a Constituição, o mandato presidencial se estenderia até 1938, quando um novo presidente escolhido por voto livre e direto assumiria o cargo.

Governo Constitucional de Vargas

Os anos 1930 foram marcados por uma forte polarização política, com o surgimento de dois movimentos antagônicos: a **Ação Integralista Brasileira** (AIB), de direita, e a **Aliança Nacional Libertadora** (ANL), de esquerda.

A exemplo do que acontecia na Europa, onde a população geral estava desacreditada da democracia liberal - o que favorecia o surgimento de regimes totalitários em diversos países -, surgiram no Brasil grupos que reivindicavam a implantação de uma ditadura de direita, semelhante à de Mussolini na Itália.

Em 1932, foi formada a Ação Integralista Brasileira, de inspiração fascista, liderada pelo escritor Plínio Salgado e composta de intelectuais, religiosos, alguns ex-tenentistas e setores das classes médias e da burguesia. Tendo como lema "**Deus, Pátria e Família**", o integralismo era um movimento de caráter nacionalista, antiliberal, anticomunista e contrário ao capitalismo financeiro internacional.

Os integralistas defendiam o controle do Estado sobre a economia e o fim de instrumentos democráticos, como a pluralidade partidária e a democracia representativa. Nas eleições municipais de 1936, os integralistas elegeram vereadores em diversos municípios brasileiros e conquistaram várias prefeituras, entre elas as de Blumenau (SC) e Presidente Prudente (SP).

A **Aliança Nacional Libertadora** surgiu em março de 1935, e tinha como presidente de honra o líder comunista Luís Carlos Prestes. O Partido Comunista do Brasil (PC do B) tinha grande ascendência sobre a ANL, mas o movimento reunia em suas fileiras grupos de variadas tendências: socialistas, liberais, anti-integralistas, intelectuais independentes, estudantes e ex-tenentistas descontentes com o autoritarismo do governo Vargas. Seu programa político era nacionalista e anti-imperialista. Entre suas principais bandeiras estavam a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização de empresas estrangeiras e a reforma agrária.

¹ Azevedo, Gislane. História: passado e presente / Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi. 1ª ed. São Paulo. Ática.

A ANL cresceu rapidamente, chegando a reunir entre 70 mil e 100 mil filiados, segundo estimativas do historiador Robert Levine. Quatro meses depois de fundada, foi declarada ilegal pelo presidente Vargas.

A partir de então, seus militantes passaram a agir na clandestinidade. Em novembro de 1935, setores da ANL ligados ao PC do B lideraram, sob orientação da Internacional Comunista, insurreições militares nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, com o intuito de tomar o poder e implantar o comunismo no Brasil. Mal articulados, os levantes fracassaram e a Intentona Comunista, como ficou conhecido o episódio, levou o presidente a decretar estado de sítio e determinar a prisão de mais de 6 mil pessoas - entre as quais um senador e quatro deputados.

Entre os detidos encontravam-se Luís Carlos Prestes (posteriormente condenado a dezesseis anos de reclusão) e sua mulher, a judia alemã Olga Benário. Ela, grávida de sete meses, foi deportada para a Alemanha nazista em setembro de 1936, onde morreu em um campo de concentração em 1942.

Eleições Canceladas

Em meio a esse clima de repressão à esquerda, teve início, em 1937, a campanha eleitoral para a escolha do sucessor de Getúlio Vargas. O presidente, contudo, articulava sua permanência no poder junto às Forças Armadas e aos governadores. No final de 1937, o capitão integralista Olímpio Mourão Filho elaborou um plano de uma conspiração comunista para a tomada do poder e o entregou à cúpula das Forças Armadas.

Era o **Plano Cohen**, nome de seu suposto autor. O documento era falso, mas serviu de pretexto para um golpe de Estado. No dia 10 de novembro de 1937, o presidente ordenou o fechamento do Congresso por tropas do Exército. Pelo rádio, Vargas declarou canceladas as eleições presidenciais e anunciou a instauração do Estado Novo, que ele definiu como “um regime forte, de paz, justiça e trabalho”. A seguir, foi outorgada uma nova Constituição, que logo passaria a ser chamada de Polaca, em alusão a suas semelhanças com a Constituição polonesa, de inspiração fascista. As garantias individuais foram suspensas e o direito de reunião, abolido. A população ficou proibida de se organizar, reivindicar seus direitos e de manifestar livremente suas opiniões. Sem reação popular, começava uma nova fase do governo getulista: a de uma ditadura declarada, centralizada em torno da figura de Getúlio Vargas.

O Estado Novo

Vargas passou a governar por meio de decretos-lei. Todos os partidos políticos foram extintos, incluindo a Ação Integralista, que apoiara o golpe. A ideologia do Estado Novo enfatizava principalmente a ideia de reconstrução da nação - pautada na ordem, na obediência à autoridade e na aceitação das desigualdades sociais - e a de tutela do Estado sobre a nacionalidade brasileira.

Departamento de Imprensa e Propaganda

Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (**DIP**), inspirado no serviço de comunicação da Alemanha nazista. Os agentes do DIP controlavam os meios de comunicação por meio da censura a jornais, revistas, livros, rádio e cinema. Eles também elaboravam a propaganda oficial do Estado Novo, produzindo peças publicitárias que mostravam o presidente como uma figura paternal, bondosa, severa e exigente a fim de agradar à opinião pública.

O DIP elaborava também cine documentários, como o Cine-jornal Brasileiro - exibido obrigatoriamente em todos os cinemas, antes do início dos filmes -, livros e cartilhas escolares enaltecendo a figura de Vargas e transmitindo noções de patriotismo e civismo.

Em meio ao ambiente de controle e repressão, a Polícia Especial de Getúlio Vargas ganhou força. Comandada pelo ex-tenentista Filinto Müller, ela ficou conhecida por suas prisões arbitrárias e pela prática de tortura contra os presos.

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial

Em 1940, Vargas fez um discurso elogiando o sucesso das tropas nazistas na Europa. Entretanto, embora se aproximasse dos países do Eixo por suas posturas autoritárias, o governo de Getúlio Vargas manteve uma postura ambígua sobre a Segunda Guerra Mundial, pois mantinha relações econômicas com os Estados Unidos.

Para impedir a influência europeia sobre o Brasil, o governo estadunidense pôs em prática a política de boa vizinhança, que se manifestou por meio do fim do intervencionismo político e da colaboração econômica e militar. O rompimento definitivo com o bloco nazifascista ocorreu em 1942, quando navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães.

Em agosto daquele ano, após manifestações populares e estudantis exigindo que o governo entrasse no conflito ao lado das democracias, Getúlio declarou guerra aos países do Eixo. Em julho de 1944, aproximadamente 25 mil soldados, integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) desembarcaram na Itália.

O Fim do Estado Novo

Em 1942, as manifestações estudantis e populares lideradas pela **União Nacional dos Estudantes** (UNE), a favor da participação do Brasil na guerra contra o nazifascismo, deram início a um lento processo de distensão no clima sufocante do Estado Novo. Outras manifestações ocorreram, agora pelo fim do Estado Novo e pela volta da democracia.

Em 1943, houve o Manifesto dos Mineiros, de um grupo de políticos e intelectuais de Minas Gerais durante um congresso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No início de 1945, foi a vez dos participantes do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. Ainda em 1945, Getúlio pôs fim à censura da imprensa, anistiou presos políticos - entre eles, Luís Carlos Prestes - e convocou eleições para uma Assembleia Constituinte.

Surgiram então diversos partidos políticos, entre os quais a União Democrática Nacional (UDN), formada por setores das classes médias e altas, o Partido Social Democrático (PSD), composto de antigos coronéis e interventores nos estados e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constituído por líderes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho, além do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que voltou a ser legalizado.

Durante a campanha eleitoral, líderes do PTB e de alguns sindicatos, com o apoio do Partido Comunista e com o aval do presidente, passaram a defender a permanência de Getúlio Vargas na Presidência. A expressão “**Queremos Getúlio!**”, repetida em coro pelos partidários desse grupo, deu nome ao movimento: **queremismo**. Para evitar a permanência de Vargas no poder, os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra exigiram sua renúncia.

Com o afastamento de Getúlio em Outubro de 1945, o Estado Novo chegava ao fim.

O BRASIL NA II GUERRA

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Precedentes

O regime nazista preparou a Alemanha para a guerra. As posições de Hitler contra o **Tratado de Versalhes** (1919), o rearmamento progressivo do Terceiro Reich e a instituição do serviço militar obrigatório não deixavam dúvida quanto aos seus objetivos expansionistas. Um dos primeiros atos de Hitler foi a retirada da Alemanha da Liga das Nações - organismo internacional fundado ao final da Primeira Guerra Mundial para resolver litígios entre os Estados².

Os nazistas não cansavam de declarar seu direito ao espaço vital, considerado necessário para a formação da "Grande Alemanha". Em 1936, a Alemanha liderou o **Pacto Anti-Komintern**, aliando-se ao Japão contra o expansionismo soviético. A Itália fascista aderiu no ano seguinte. Foi uma reação ao VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, um ano antes, que recomendou aos partidos comunistas de todo o mundo a formação de frentes populares com socialistas e democratas contra a ascensão dos regimes fascistas.

França e Grã-Bretanha viram no fortalecimento alemão uma forma de conter o comunismo no limite das fronteiras soviéticas. Por esse motivo, calcularam que a guerra alemã em busca de seu espaço vital se limitaria ao leste, talvez provocando a destruição da URSS, mas não chegaria aos países do Ocidente europeu e a seus impérios coloniais na Ásia e na África. Mas os planos de Hitler logo se mostraram bem mais ambiciosos.

Guerra Civil Espanhola

As democracias ocidentais nada fizeram para auxiliar o governo republicano espanhol, atacado pelo levante militar comandado pelo general **Francisco Franco** em 1936. Isso porque o governo atacado era uma frente popular, inspirada na Internacional Comunista. Assim, essas democracias assistiram impassíveis à **Guerra Civil Espanhola**, que resultou no esmagamento do governo constitucional pelas tropas do general Franco.

O objetivo do generalíssimo, como era chamado, era defender os interesses das classes proprietárias e da Igreja Católica, ameaçados pelo movimento de esquerda que predominava no governo republicano espanhol. As divergências entre as organizações e as lideranças de esquerda facilitaram a vitória do franquismo. No final da guerra, Franco contou com o apoio direto de **Hitler** e de **Mussolini**, com aviões da Luftwaffe (Força Aérea alemã) bombardeando cidades leais aos republicanos espanhóis, como Guernica - imortalizada em uma obra do pintor Pablo Picasso.

Guerra Política

As potências ocidentais europeias eram tolerantes quanto as reivindicações territoriais do regime nazista. Assim, Hitler remilitarizou a Renânia, na fronteira com a França, em 1936, sem nenhuma resistência, contrariando cláusulas do Tratado de Versalhes. Em 1938, anexou a Áustria, no episódio conhecido como Anschluss, após sabotar o regime democrático austríaco, em decorrência do forte movimento nazista existente naquele país.

No mesmo ano, reivindicou a posse dos Sudetos, na Tchecoslováquia, alegando que havia maioria alemã na região e ameaçando invadir o lugar no caso de objeção das potências ocidentais. No **Tratado de Munique**, assinado em setembro de 1938, Hitler atingiu seu objetivo. Em março de 1939, tropas alemãs entraram em Praga e decretaram que a Boêmia e a Morávia fariam parte de um protetorado alemão. Um dos poucos políticos a denunciar as intenções expansionistas da Alemanha foi Winston Churchill, membro do Partido Conservador britânico, declaradamente antissoviético, mas igualmente crítico do regime nazista.

Os governos britânico e francês alertaram que, diante de qualquer novo avanço territorial, seria declarada guerra à Alemanha para resguardar a ordem internacional. Porém, a essa altura, Alemanha, Itália e Japão já tinham firmado o **Eixo Roma-Berlim-Tóquio**: uma aliança militar para atuar contra quaisquer inimigos. Alemanha e Itália também reforçaram sua aliança por meio do **Pacto de Aço**, assinado em maio de 1939.

A surpresa viria com o encontro entre o ministro de Relações Exteriores da Alemanha, Joachim Von Ribbentrop, e o ministro soviético, Viacheslav Molotov, em Moscou, em fins de agosto de 1939. Nessa ocasião, os dois países firmaram o **pacto germano-soviético** de não agressão, que incluía uma cláusula secreta de divisão da Polônia entre as duas potências - em caso de guerra -, além de prever o intercâmbio comercial. De fato, a URSS enviou regularmente petróleo e alimentos para a Alemanha até 1941.

Por meio desse acordo, a Alemanha nazista conseguiu carta branca dos soviéticos para invadir a Polônia. O regime soviético, por sua vez, obteve garantias mínimas de que não seria atacado, na expectativa de que o esforço bélico dos nazistas se lançasse contra outros países, incluindo as democracias ocidentais. As potências ocidentais ficaram perplexas diante da cartada de Hitler e Stalin.

O Nazismo ataca a Europa

Em 3 de setembro de 1939, França e Grã-Bretanha declararam guerra à Alemanha, embora, concretamente, nada tenham feito. Apenas aumentaram os gastos militares e mobilizaram soldados em grande escala para fazer frente ao conflito. A partir de março de 1940, passaram a apoiar a Finlândia contra a invasão soviética, em uma ação abortada por conta do acordo firmado naquele mesmo mês entre soviéticos e finlandeses.

A Grã-Bretanha ainda tentou ocupar a Noruega, sob a alegação de impedir o ataque alemão a esse país, com receio de que o Reich estabelecesse uma base de operações no mar do Norte. Mas de nada adiantou, já que em abril a Alemanha ocupou a Dinamarca e a Noruega, espalhando minas marítimas para sabotar a Marinha britânica. O avanço alemão para o ocidente começava pelas beiradas.

Invasão na França

A expansão alemã provocou mudanças sensíveis nos governos das potências ocidentais. Na Grã-Bretanha, por exemplo, o poder foi assumido por Winston Churchill, agora prestigiado pelos alertas que vinha fazendo contra o perigo alemão. Em 10 de maio de 1940, o Exército alemão, com o apoio da Luftwaffe, deu início a outra **Blitzkrieg**, agora contra a Holanda e a Bélgica.

A vitória alemã nos Países Baixos foi avassaladora. Nesse momento, estava claro que os alemães atacariam a França pela fronteira belga, contornando a Linha Maginot, complexo defensivo construído pelos franceses ao longo do Reno nos anos 1930. Quando os alemães evitaram a Linha Maginot pelo extremo oeste, a resistência britânico-francesa ficou dividida e o caminho para Paris, aberto.

² História. Ensino Médio. Ronaldo Vainfas [et al.] 3ª edição. São Paulo. Saraiva.

Os britânicos abandonaram a França à própria sorte, pois Churchill temia perder homens e aviões em uma batalha condenada. Ficou famosa a retirada de Dunquerque, na qual os britânicos resgataram mais de 150 mil soldados encurralados no nordeste da França, usando até barcos de pesca. Paris foi ocupada pelos alemães em 14 de junho.

O novo governo francês, comandado por Pétain, entregou parte do território aos nazistas, permanecendo com dois terços dele e com as colônias. Colaboracionista, o regime comandado por Pétain, sediado em Vichy - e por isso conhecido como governo de Vichy -, não tardou a apoiar a Alemanha na guerra. Pétain foi então celebrado como "salvador da pátria", pois a maioria dos franceses não suportava mais os bombardeios e as fugas desesperadas. Além disso, boa parte da sociedade francesa era anticomunista e antissemita.

Superioridade Nazista

Ao conquistar a França, Hitler foi saudado como grande estrategista militar. O passo seguinte foi se concentrar na guerra contra a Grã-Bretanha e avançar em direção ao Mediterrâneo. No início de 1941, conquistou a Iugoslávia, a Grécia e a ilha de Creta, contando com o apoio da Itália, que só passou a atuar em favor dos alemães às vésperas da queda da França. Mas os exércitos de Mussolini, que já haviam demonstrado debilidade na Etiópia, sequer conseguiram vencer sozinhos a resistência grega, sendo socorridos pelas tropas nazistas.

Não tardou para que outros países apoiassem a Alemanha, como a Bulgária, a Romênia e a Hungria. Portugal e Espanha permaneceram neutros, porém simpáticos à Alemanha. Em 1941, boa parte da Europa estava, direta ou indiretamente, controlada pelo Terceiro Reich. Apenas Suíça, Suécia e Turquia conseguiram manter uma neutralidade mais consistente. Restava a URSS, no leste.

Inglaterra Resiste

Os nazistas pretendiam invadir a Grã-Bretanha pelo sul, atravessando o canal da Mancha, em uma operação batizada de Leão-marinho. A ação dependia da Luftwaffe para neutralizar as defesas aéreas britânicas, e acabou sendo o maior conflito aéreo da guerra. A Luftwaffe dispunha de quase 3 mil aviões, entre bombardeiros e caças. A força aérea britânica, Royal Air Force (RAF), dispunha de menos aviões, embora a produção de caças tenha se multiplicado no país entre 1940 e 1941. No início do ataque alemão, a Grã-Bretanha foi flagelada por bombardeios quase diários, cujos alvos deixaram de ser militares e passaram a se concentrar em Londres. Hitler calculava que, em poucas semanas, os britânicos não teriam como deter a invasão alemã. Dessa vez, porém, ele estava enganado.

A capacidade de resistência britânica foi extraordinária. No ar, os caças britânicos provocaram pesadas perdas à Luftwaffe. No solo, houve enorme mobilização da população civil, insuflada pelos discursos diários de Churchill. Em 25 de agosto de 1940, aconteceu o que parecia impossível: em represália aos ataques alemães, os britânicos bombardearam Berlim. Com sucessivos desgastes, em fevereiro de 1942, Hitler desistiu de ocupar Londres.

A Grã-Bretanha resistiu praticamente sozinha, recebendo o apoio dos EUA em armas, navios e alimentos, apesar da posição do governo estadunidense de não intervenção no conflito europeu.

Enquanto resistiam na Europa, os exércitos britânicos eram fustigados no norte da África pelos italianos, que pretendiam marchar da Líbia até o Egito para conquistar o canal de Suez, de onde partiriam para o Iraque com o objetivo de controlar as reservas petrolíferas da região.

No Egito, os britânicos impuseram a derrota ao exército de Mussolini. A guerra no deserto estava só começando. Diante do novo fracasso militar italiano, Hitler organizou o **Afrika Korps**, empurrando os exércitos britânicos de volta à fronteira egípcia, em uma guerra que permaneceu em impasse até 1942.

Ofensiva japonesa na Ásia

A partir da década de 1930, com o governo imperial sob o controle dos militares, o Japão se lançou em uma ofensiva militar sem precedentes. Industrializado e posto à margem da corrida imperialista europeia, não se tratava mais de conquistar pontos estratégicos na Coreia ou na própria China; o objetivo era dominar a Ásia.

Em 1937, o governo japonês lançou um ataque à China, que começou na Manchúria e levou à conquista sucessiva de Pequim, Shangai e Nanquim. Ao conquistarem esta última, os japoneses massacraram a população, com fuzilamentos de prisioneiros, invasões de casas, infanticídios e estupros de mulheres. A vitória japonesa foi favorecida pela divisão política da China, que passava por uma guerra civil desde o final dos anos 1920.

De um lado, o partido conservador **Kuomintang**, liderado por **Chiang Kai-Shek**, chefe do governo chinês; de outro, os comunistas, sob a liderança de **Mao Tsé-Tung**. Em setembro de 1937, os dois líderes fizeram uma trégua em nome da defesa da China e até 1945 lutaram juntos contra os japoneses. Em 1941, o Japão invadiu a Indochina.

Em represália, os EUA impuseram sanções econômicas aos japoneses, embargando a venda de petróleo e aço. Com fortes interesses econômicos no Sudeste Asiático, os estadunidenses não estavam dispostos a aceitar a concorrência japonesa.

O governo japonês decidiu enfrentar os EUA e, sem nenhuma declaração de guerra, atacou a base militar de **Pearl Harbor**, no Havaí, em dezembro de 1941. Os caças japoneses afundaram diversos navios de guerra e destroçaram os aviões que se encontravam no solo, causando milhares de mortes. O presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, declarou guerra ao Japão e, no dia seguinte, à Alemanha e à Itália. Mas a declaração de guerra estadunidense não deteve os japoneses.

No primeiro semestre de 1942, conquistaram a Birmânia, a Malásia e várias ilhas do Pacífico. Nessa fase da guerra, britânicos e estadunidenses foram derrotados em toda parte. O esforço de guerra dos EUA foi fenomenal, com a produção de milhares de navios, aviões e tanques. O país mostrava-se disposto a reagir no Pacífico e a enfrentar a Alemanha na Europa, mas o momento era de incerteza. A Alemanha mantinha intactas as suas conquistas europeias, enquanto o Japão era o senhor do Pacífico.

A batalha naval de **Midway**, em junho de 1942, foi a primeira grande vitória estadunidense contra os japoneses. Mas o fim da guerra ainda estava longe.

Reação Soviética

Apesar das dificuldades do combate com a Grã-Bretanha, na frente ocidental Hitler pôs em marcha o plano de invadir a URSS - a **Operação Barbarossa**. Pretendia apoderar-se dos imensos recursos naturais do país, incluindo as áreas petrolíferas, mas havia também o objetivo político-ideológico de destruir o regime comunista soviético e a pretensão de ocupar o território, em conformidade com a teoria nazista do espaço vital.

Em 1941, os alemães invadiram a URSS, com 3,5 milhões de soldados. As instruções para a guerra incluíam a execução de civis, a começar pelos comissários do partido comunista de cada área conquistada. As primeiras vitórias alemãs foram arrasadoras, mas a resistência soviética revelou-se tenaz.

Embora tenham recuado e perdido milhões de soldados, entre mortos e prisioneiros, os soviéticos conseguiram deter o avanço alemão. Leningrado não caiu, embora a população da cidade tenha sido arrasada pela fome e por doenças. Moscou também resistiu, graças ao esforço do Exército Vermelho. A chegada do inverno russo deteve de vez o ímpeto alemão, como ocorrera com o exército napoleônico, em 1812.

Stalingrado

Os alemães abandonaram o plano de conquistar Moscou e concentraram-se na conquista do Cáucaso, rico em petróleo, recursos minerais, industriais e agrícolas. Essa conquista lhes daria ainda o controle do rio Volga, o maior da Europa, e acesso ao mar Cáspio. Em agosto de 1942, a ofensiva chamada **Operação Azul** estava às portas de Stalingrado, às margens do rio Volga.

Foi a batalha mais sangrenta da Segunda Guerra Mundial, arastando-se por meses, com avanços e recuos de ambos os lados. Em novembro de 1942, a contraofensiva do Exército Vermelho cercou os alemães e forçou a rendição de soldados famintos e flagelados pelo inverno soviético.

A vitória soviética em Stalingrado mudou o rumo da guerra, sinalizando a derrota alemã em todas as frentes de batalha. A campanha na URSS absorvia enormes recursos da máquina de guerra nazista. No norte da África, os alemães não tiveram como resistir ao contra-ataque britânico. Em 1942, os britânicos atacaram o que restava do exército alemão e de seu aliado italiano na segunda Batalha de El Alamein.

As forças do Eixo, enfim, capitularam. Churchill saudou a vitória britânica com entusiasmo: “Este não é o fim, não é nem o começo do fim, mas é, talvez, o fim do começo”.

Invasão da Itália

Com a retomada do norte da África, os Aliados, como ficou conhecida a coligação de países que lutaram contra os regimes nazista e fascista, não tardaram a invadir a Itália. Em 1943, após inúmeros bombardeios, desembarcaram na Sicília e partiram para a península. Os constantes fracassos militares e a iminente invasão aliada abalaram o regime fascista.

Muitos líderes desejavam o fim da guerra e tramaram uma conspiração, na qual até o genro de Mussolini se envolveu. O rei Vítor Emanuel III demitiu Mussolini do cargo de primeiro-ministro, mandando prendê-lo em um abrigo secreto em Abruzzo, no centro do país.

O governo foi passado ao general Pietro Badoglio, que liderava o grupo favorável à paz e assinou um armistício com os Aliados. Os nazistas reagiram com fúria ao que consideraram ser uma traição da Itália.

Nas frentes de batalha, os soldados italianos foram desarmados pelos nazistas e muitos foram fuzilados. A Alemanha logo ocupou o norte e o centro da Itália, tomou Roma e montou uma barreira defensiva nos Apeninos - cadeia montanhosa que vai do norte ao sul da Itália pela costa leste.

Mussolini foi resgatado por uma tropa de paraquedistas alemães e recolocado no poder em Saló, cidade próxima a Milão. Mas o regime fascista estava derrotado, o que fez do próprio Mussolini um fantoche de Hitler.

O Dia D

A abertura da frente ocidental pelos Aliados foi adiada várias vezes até 1944, apesar dos constantes protestos de Stalin. Meticulosamente planejada, a **Operação Overlord**, também conhecida como invasão do **Dia D**, ocorreu em 6 de junho de 1944, quando mais de 300 mil homens desembarcaram na Normandia, norte da França, abrindo caminho para a derrota do Terceiro Reich.

Os alemães foram pegos de surpresa, pois esperavam o desembarque em Calais. O avanço dos Aliados tornou-se avassalador, com a retomada de Paris, em 25 de agosto de 1944, e da Bélgica e da Holanda, nos meses seguintes. Hitler ainda tentou uma última cartada, lançando uma contraofensiva surpresa nos Países Baixos. A Batalha de Ardenas foi a última Blitzkrieg do Exército alemão, que, após algumas vitórias, se rendeu na Bélgica, em janeiro de 1945.

A Alemanha estava cercada, e o regime nazista se aproximava do fim.

Operação Valquíria

A iminente derrota da Alemanha acabou apressando os planos de militares do Alto Comando para derrubar Hitler e fazer um armistício com as potências ocidentais e livrar o país da invasão soviética.

Trata-se da famosa **Operação Valquíria**, que se tornou, inclusive, tema de filme. Os conspiradores usaram o nome da deusa germânica Valquíria (ou Walquíria) para codificar sua ação, que incluía a tomada de prédios públicos e da rede de comunicações na capital alemã, após a confirmação da morte de Hitler.

Em 20 de julho de 1944, o coronel Claus von Stauffenberg escondeu uma bomba em uma pasta de trabalho, sob a mesa de reunião do quartel-general de Hitler, mas poucos morreram com a explosão e o Führer sobreviveu quase sem um arranhão. Embora muito doente e deprimido, Hitler mandou executar os conspiradores, provocando a morte de quase 5 mil pessoas.

O marechal Erwin Rommel, ex-comandante do Afrika Korps, que havia participado da conspiração, recebeu a opção de suicídio, por ser muito popular entre os alemães. Aceitou e foi enterrado com honras militares.

Auschwitz e o Holocausto

Desde a ascensão do nazismo, em 1933, a situação dos judeus na Alemanha era desesperadora, e pioraria muito nas áreas ocupadas, em especial no Leste Europeu. À medida que a Alemanha perdia a guerra, a situação tornava-se ainda mais trágica.

A matança de judeus começou na Polônia, em 1939, sendo sistemática na URSS, após a invasão de 1941. A decisão formal de exterminar todos os judeus da Europa foi tomada na Conferência de Wannsee, realizada em janeiro de 1942. Nela, foi estabelecida a **Solução Final** para o problema judaico: o **genocídio**.

Pouco a pouco, os guetos foram desativados e os judeus, enviados a campos de extermínio (como o de Auschwitz, na Polônia, o mais conhecido deles). Nos campos, eram selecionados os judeus que, após dias de viagem em vagões de trens de carga infectados, ainda tinham condições de trabalhar para a máquina de guerra alemã, inclusive nas fábricas de munições. Os demais eram enviados às câmaras de gás, e seus corpos, incinerados em crematórios.

Na tentativa de iludir os condenados, os campos tinham um letrado grande no portão principal onde se lia: “**O trabalho liberta**” (Arbeit macht frei).

GEOGRAFIA

1. O Brasil no mundo: localização; extensão. A natureza brasileira: os grandes domínios morfoclimáticos. Hidrografia e aproveitamento dos principais rios. A vegetação original. Os recursos naturais.	01
2. Os problemas ambientais.	20
3. A população brasileira: crescimento e distribuição. Estrutura da população. Mobilidade.	21
4. A organização do espaço brasileiro: As atividades industriais. O espaço agropecuário. Comércio, transportes e comunicações. O espaço urbano.	23
5. As relações do Brasil com o mundo: o Brasil no Mercosul.	53

O BRASIL NO MUNDO: LOCALIZAÇÃO; EXTENSÃO. A NATUREZA BRASILEIRA: OS GRANDES DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS. HIDROGRAFIA E APROVEITAMENTO DOS PRINCIPAIS RIOS. A VEGETAÇÃO ORIGINAL. OS RECURSOS NATURAIS

Formação Territorial

A formação do território brasileiro começou antes da chegada dos portugueses.

Para evitar conflitos entre Espanha e Portugal, os dois países assinaram o Tratado de Tordesilhas (1494). Este estabelecia os limites das terras a serem ocupadas e exploradas na América.

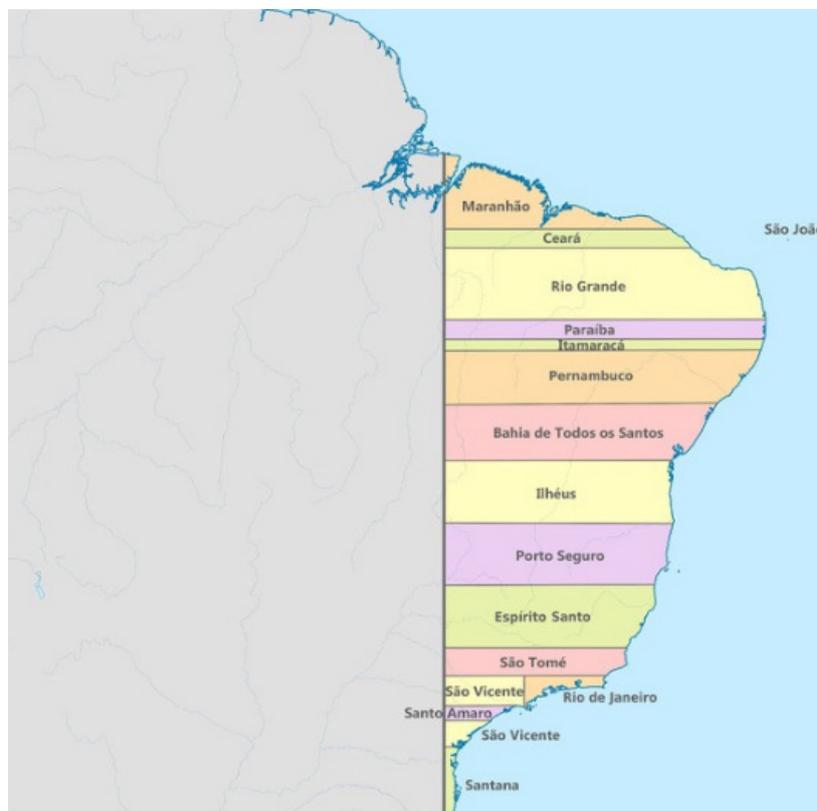
A primeira região a ser povoada pelos portugueses foi o litoral, especialmente o nordestino. Ali se estabeleceram as plantações de cana de açúcar, os engenhos, e os portos.

Paralelo a isso, os colonos organizavam expedições em busca de mão de obra, metais e pedras preciosas.

O território brasileiro no período colonial

O Tratado de Tordesilhas obrigava os portugueses a permanecerem no litoral. Com isso, a primeira atividade econômica foi a exploração do pau-brasil e em seguida, o plantio da cana de açúcar.

Observe o aspecto do mapa brasileiro com os limites do Tratado de Tordesilhas e as capitanias hereditárias:



Com a União Ibérica (1580-1640), o Tratado de Tordesilhas deixa de ter validade. Desta maneira, os colonos portugueses podem ir para o interior. Com isso, encontram ouro e pedras preciosas nas regiões hoje conhecidas como Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

Com o fim da União Ibérica e o restabelecimento da monarquia em Portugal, os portugueses se expandem para o sul e fundam a Colônia do Sacramento, em 1680. A fim de resguardar aquelas terras, os espanhóis respondem criando Os Sete Povos das Missões onde jesuítas e índios guaranis viveriam.

Posteriormente, começa na Europa a Guerra de Sucessão (1700-1713), uma disputa entre as potências europeias para escolher o próximo soberano espanhol. Esta briga se refletiria também nas colônias americanas e mudaria o os limites do Brasil.

Com o fim do conflito é assinado o Tratado de Utrecht, o qual estabelecia:

- as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa
- o Amapá, disputado entre França e Portugal, foi reconhecido como português
- a Colônia do Sacramento foi entregue à Espanha
- a área ocupada pelos Sete Povos das Missões foi cedido a Portugal.

Formação territorial do Brasil no século XIX

Com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o território do Brasil sofreu novas alterações.

A atividade mineradora perdeu força e o café passou ser o principal produto de exportação do Brasil. Com isso, os estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo ganharam importância.

A Banda Oriental do Uruguai foi incorporada ao Brasil como Província da Cisplatina e a Guiana Francesa foi ocupada militarmente. Em 1817, o Brasil deixa a Guiana Francesa, mas obtém o reconhecimento da posse da foz do Amazonas.

Após a independência, porém, as Províncias Unidas do Rio da Prata, alegam que a área da Cisplatina lhes pertencia e tem início a Guerra da Cisplatina (1825-1828). A solução é a criação de um Estado independente, a República Oriental do Uruguai.

Nesta época, se registram a criação das províncias de Alagoas (1817), Sergipe (1820), Amazonas (1850) e Paraná (1853).



Organização do território brasileiro no século XX

Com a proclamação da República, em 1889, as províncias passam a se denominar “estados”.

O Brasil aumentou de tamanho durante o século XX. A França alegava que parte do Amapá lhe pertencia, pois não reconhecia o rio Oiapoque como fronteira.

Em maio de 1900, após disputas diplomáticas lideradas pelo barão do Rio Branco, a questão foi resolvida a favor do Brasil e uma faixa de terra de 250.000 km² foi incorporado ao estado do Pará.

No entanto, o principal conflito territorial foi registrado com a Bolívia.

Ambos os países se enfrentavam pela região onde atualmente é o estado do Acre. O confronto deu origem a Revolução Acreana e terminou com a incorporação destas terras pelo Brasil. Através do Tratado de Petrópolis, a Bolívia foi indenizada e a ferrovia Madeira-Mamoré foi construída.

Atualmente a divisão político-administrativa do Brasil está configurada em unidades de federação, onde se encontram os Estados e o Distrito Federal, e Municípios. Sendo suas principais diferenças suas dimensões hierárquicas.

O Brasil possui 27 Unidades de Federação, sendo 26 Estados e 1 Distrito Federal. Os Estados são as maiores unidades de hierarquia organizacional político-administrativas do país, sendo chefiadas por um Governador, que possui o poder executivo nesses Estados. As localidades chamadas de Capital são onde se encontram as sedes de Governo, geralmente um município dentro do Estado onde haverá um maior desenvolvimento econômico devido o fluxo de importância política que o mesmo possui. Os Estados podem se desmembrar, anexar-se a outros, formarem novos Estados, sendo feito de forma aprovada pela sua população, através de plebiscitos constitucionais, como foi visto no passado do Brasil, ocasionando no surgimento de novos Estados até possuir o formato que é visto hoje. Os 26 Estados do Brasil e suas respectivas capitais são:

- Acre – Rio Branco (AC)
- Alagoas – Maceió (AL)
- Amapá – Macapá (AP)
- Amazonas – Manaus (AM)
- Bahia – Salvador (BA)
- Ceará – Fortaleza (CE)
- Espírito Santo – Vitória (ES)
- Goiás – Goiânia (GO)
- Maranhão – São Luís (MA)
- Mato Grosso – Cuiabá (MT)
- Mato Grosso do Sul – Campo Grande (MS)
- Minas Gerais – Belo Horizonte (MG)
- Pará – Belém (PA)
- Paraíba – João Pessoa (PB)
- Paraná – Curitiba (PR)
- Pernambuco – Recife (PE)
- Piauí – Teresina (PI)
- Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ)
- Rio Grande do Norte – Natal (RN)
- Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS)
- Rondônia – Porto Velho (RO)
- Roraima – Boa Vista (RR)
- Santa Catarina – Florianópolis (SC)
- São Paulo – São Paulo (SP)
- Sergipe – Aracaju (SE)
- Tocantins – Palmas (TO)

O Distrito Federal é onde se encontra a sede do governo brasileiro, no qual estão concentrados os três poderes federais (Executivo, Judiciário e Legislativo), localizado em Brasília, no Estado de Goiás, é o único município do Brasil a ser administrado por um Governador. É no Distrito Federal que está a Capital do país, daí sua importância política para o país, e sua administração ser realizada por um governador.

Os municípios são unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do país, chefiados pelos Prefeitos, que exercem o poder executivo dessas unidades. Hoje os municípios do Brasil estão divididos em 5.561 unidades. Dentro dos municípios podem ser encontrados alguns distritos, que são unidades administrativas dos mesmos. Os municípios pertencem aos Estados, e podem ser classificados como urbanos ou rurais, de acordo com a moradia de sua população, ou seja, se a maior parte da população de um município vive na cidade (área urbana) ele é considerado urbano, se a maior parte de sua população viver no campo (área rural) ele é considerado rural. Há municípios totalmente urbanos e municípios totalmente rurais no Brasil.

As Divisões Político-Administrativas do país são feitas a modo de uma melhor gestão política do território nacional, tanto para gerenciar as economias quanto para ministrar as populações. É o Governo Federal o responsável por repassar as verbas públicas para os Estados e Municípios.

Federação brasileira: organização política e administrativa

O que é a organização político-administrativa do Estado?

O Estado é a pessoa jurídica que tem como elementos básicos:

- Soberania
- Povo
- Território
- Governo

Ele representa a ideia de uma sociedade politicamente organizada em um limite territorial, com vistas ao bem-estar de todos.

Para Marcus Vasconcellos (2011), a organização de um Estado guarda relação com a “forma de Estado”, que consiste na existência, ou não, de uma divisão territorial do poder ou, em outras palavras, de como é a organização política e a administrativa de um Estado.

Nos termos do artigo 18 da Constituição Federal:

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

CF/88

Certo, ainda, que conforme artigo 1º da CF:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.

CF/88

Ademais, nos termos do artigo 18, § 2º da CF, existem os territórios, que integram a União, mas não são entes da federação.

União Federal

A União Federal é pessoa jurídica de direito público, com capacidade política.

Diante do cenário externo, a União exerce a soberania do Estado brasileiro. Já, internamente, a União atua como uma das pessoas jurídicas de direito público que compõem a Federação.

A sua organização encontra-se disciplinada na Constituição Federal, tendo como principais vetores os seguintes elementos:

- Poder Legislativo (arts. 44 a 75) – formado pelo Congresso Nacional, que é integrado pela Câmara dos Deputados (513 Deputados Federais) e pelo Senado Federal (81 Senadores).
- Poder Executivo (arts. 76 a 91) – integrado pelo Presidente e Vice-Presidente da República.
- Poder Judiciário (arts. 101 a 124).
- Bens da União (art. 20).
- Impostos da União (art. 153).

Para Marcus Vasconcellos (2011), a União é uma entidade que integra o Estado brasileiro, isto é, a República Federativa do Brasil.

É a unidade política central do Estado Federal, formada pela reunião de estados, Distrito Federal e municípios, por meio de um pacto federativo indissolúvel.

O autor nos lembra que a União atua no âmbito interno em nome próprio (por exemplo: quando realiza uma obra pública) ou em nome da Federação (por exemplo: quando intervém em um estado federado).

No plano externo, a União sempre agirá em nome do Estado Federal, ou seja, da República Federativa do Brasil.

Estados Federados

Os Estados federados são entes federativos e, portanto, dotados de autonomia, com personalidade jurídica de direito público, que se caracteriza pelos seguintes aspectos:

Capacidade de auto-organização

Existência de constituições estaduais elaboradas pelos próprios estados federados, as quais devem obedecer às normas e princípios previstos na Constituição Federal.

Capacidade de autogoverno

Os estados elegem os próprios governantes que não se subordinam à União Federal. A eleição para governador segue o mesmo sistema das eleições presidenciais.

O Poder Legislativo é unicameral, representado pela Assembleia Legislativa, cujos representantes são eleitos pelo sistema proporcional.

Capacidade de autoadministração

Confere aos estados a prerrogativa para gerir os próprios órgãos e serviços públicos, sem interferência da ordem central. Por exemplo: lei federal não pode criar cargos nas fazendas estaduais.

Capacidade legislativa

Possibilidade de elaborar as próprias leis.

Os Estados federados estão disciplinados nos artigos 25 a 28 da CF. Conforme explicitado acima, possuem autonomia política e administrativa e, ainda, têm capacidade de se auto organizar por meio de seu poder constituinte derivado decorrente.

Conforme Fábio Tavares Sobreira (2014), os principais integrantes são:

- O Poder Legislativo (art. 27), que é formado pela Assembleia Legislativa, composta por Deputados Estaduais em número calculado com base no sistema de proporcionalidade (art. 27, caput).
- O Poder Executivo (art. 28) integrado por Governador e Vice-Governador.
- O Poder Judiciário (arts. 125 e 126).
- Os bens estaduais (art. 26).
- Impostos dos Estados (art. 155).

Por fim, conforme o artigo 18, § 3º da CF:

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

CF/88

Municípios

Os Municípios se organizam por meio da Lei Orgânica Municipal. A estrutura dos municípios é a seguinte:

- Poder Legislativo (arts. 29 a 31), sendo exercido pela Câmara Municipal, com número de Vereadores proporcional à população do Município, observados o mínimo de 9 e o máximo de 55, segundo o artigo 29, IV, da CF.
- Poder Executivo (arts. 29 a 31), exercido pelo Prefeito e Vice-Prefeito, eleitos para um mandato de 4 anos.
- Impostos municipais (art. 156).

Atente que não existe judiciário no município.

Conforme o artigo 18, § 4º da CF:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

CF/88

Distrito Federal

Encontra-se disciplinado nos arts. 18, § 1º e 32, ambos da Constituição Federal. É ente federativo autônomo e vedada sua divisão em Municípios.

O Distrito Federal tem capacidade legislativa, administrativa e judiciária, bem como autonomia política – art. 32, § 1º da CF:

Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

CF/88

Territórios

Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

CF/88

Os Territórios estão dispostos no artigo 33 da CF e seus parágrafos.

Atualmente não existem territórios no Brasil, pois os últimos foram extintos pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

O Território do Amapá e Roraima foram transformados em Estados Federados (artigo 14 do ADCT), e o de Fernando de Noronha foi reincorporado pelo estado de Pernambuco (artigo 15 do ADCT).

Sistema Federativo Brasileiro

O Estado Federal é caracterizado pela descentralização. Conforme José Tarcízio de Almeida Melo (2008):

(...) o Estado Federal compreende a existência de ordenamentos políticos, autônomos, independentes entre si e válidos para uma determinada região do Estado total, porém subordinados a um ordenamento mais amplo, do qual decorrem. Por isso, o poder constituinte dos estados federados é denominado decorrente.

Dessa forma, no Estado Federal não existe apenas um ordenamento constitucional. No Brasil há a Constituição da República, que abrange o conjunto dos Estados e a União e, subordinadas a ela, as diversas Constituições dos Estados, com vigência e eficácia apenas sobre o Estado federado que a fez.

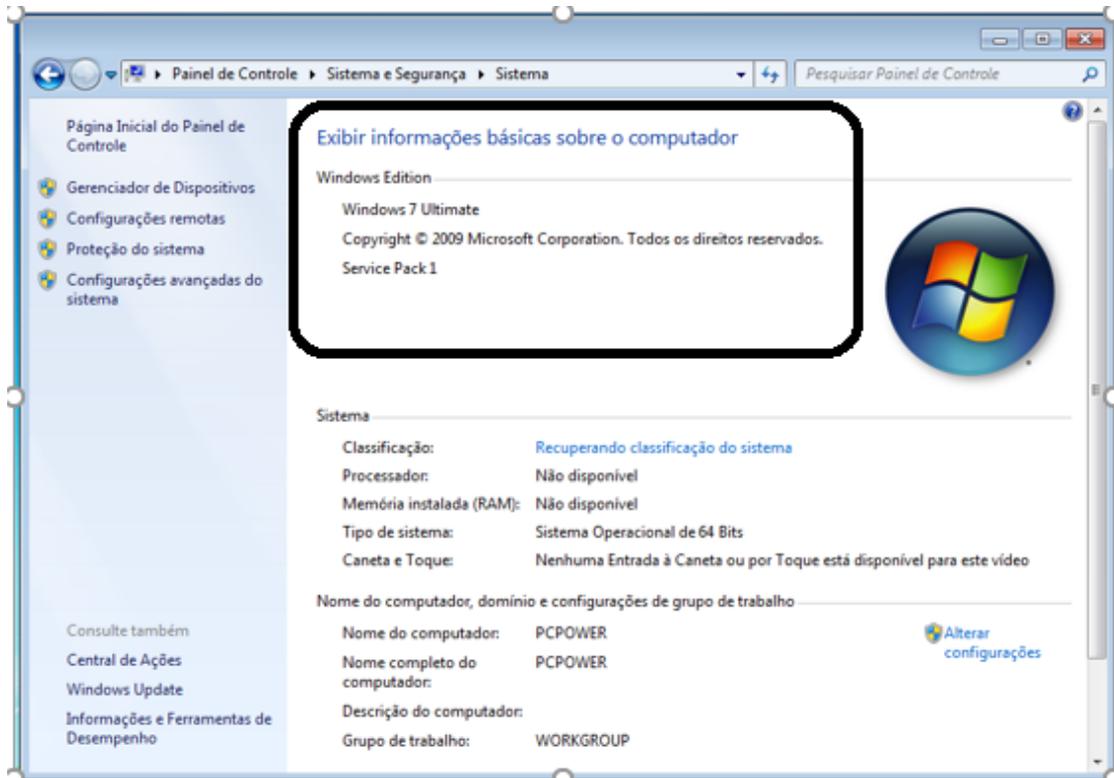
Dada a dimensão territorial do País e população, torna-se incompatível a administração do Estado por meio de um governo único. Quando estava instaurado Estado Unitário, para José Tarcízio de Almeida Melo (2008):

O poder central não tinha condições de velar pelos assuntos que interessam apenas a uma determinada região e, se adotasse normas uniformes, para o extenso território, muitas vezes uma norma poderia, em relação a um Estado federado, satisfazer-lhe determinadas pretensões, mas, em relação a outros, sufocar anseios justos, em razão das peculiaridades locais, o que excluía a possibilidade de atender a todos, ao mesmo tempo.

1. MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos 01
2. MS-Office 2010. MS-Word 2010: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides . . 05
3. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. 15

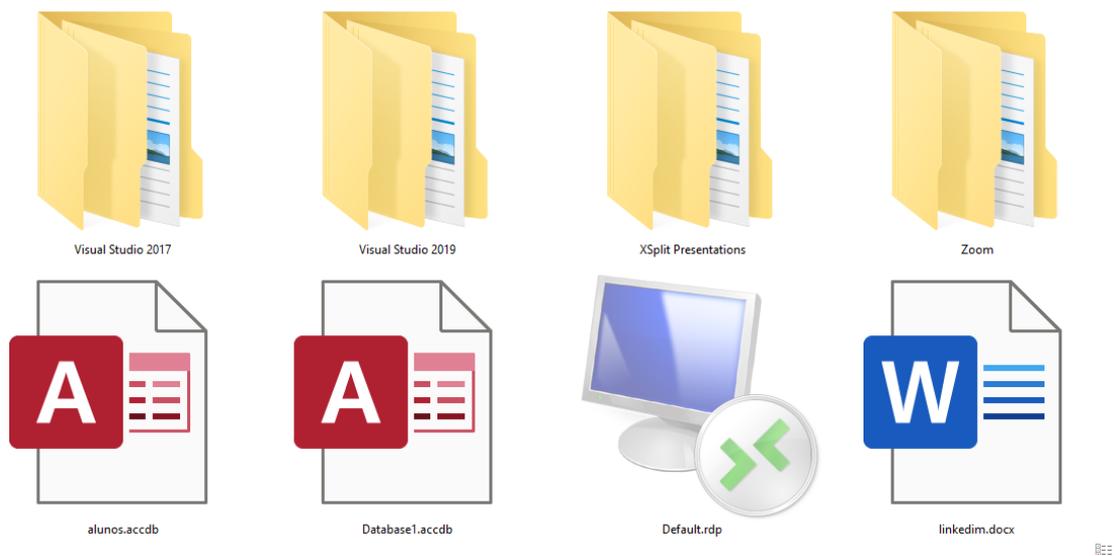
MS-WINDOWS 7: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS

WINDOWS 7



Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos). Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais. Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

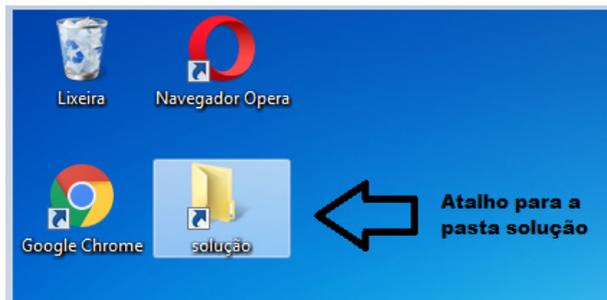
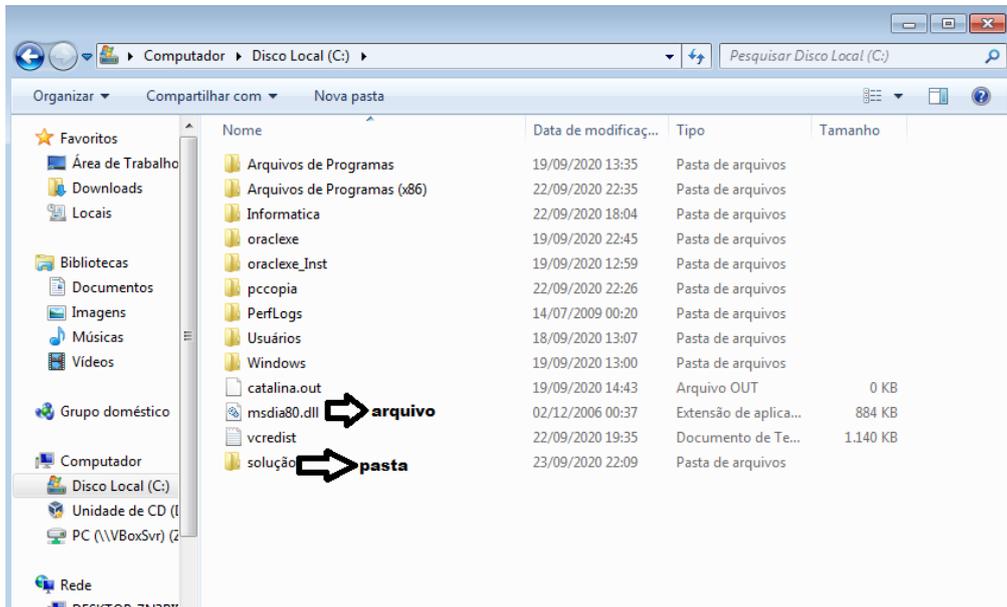


No caso da figura acima, temos quatro pastas e quatro arquivos.

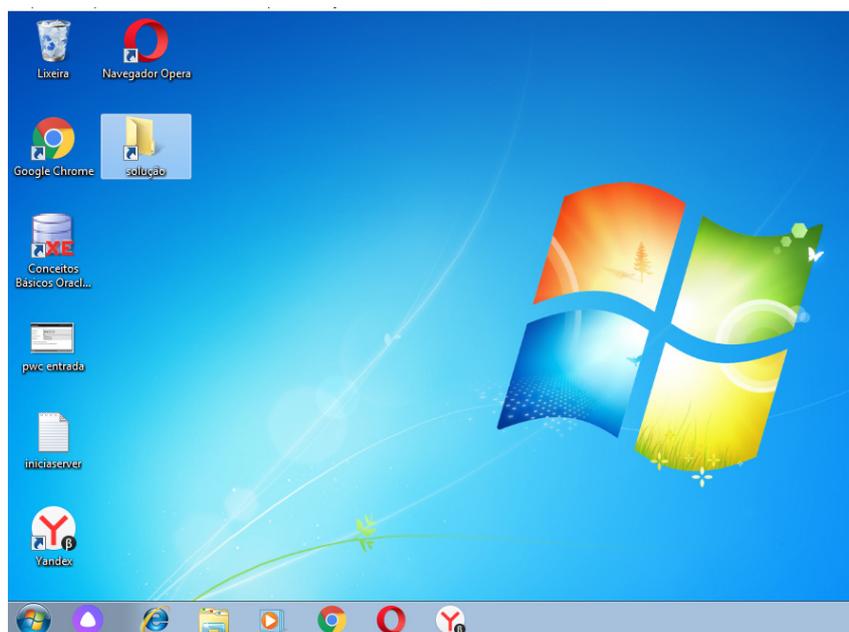
Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vemos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- Arquivo é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- Atalho é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho do Windows 7



Área de transferência

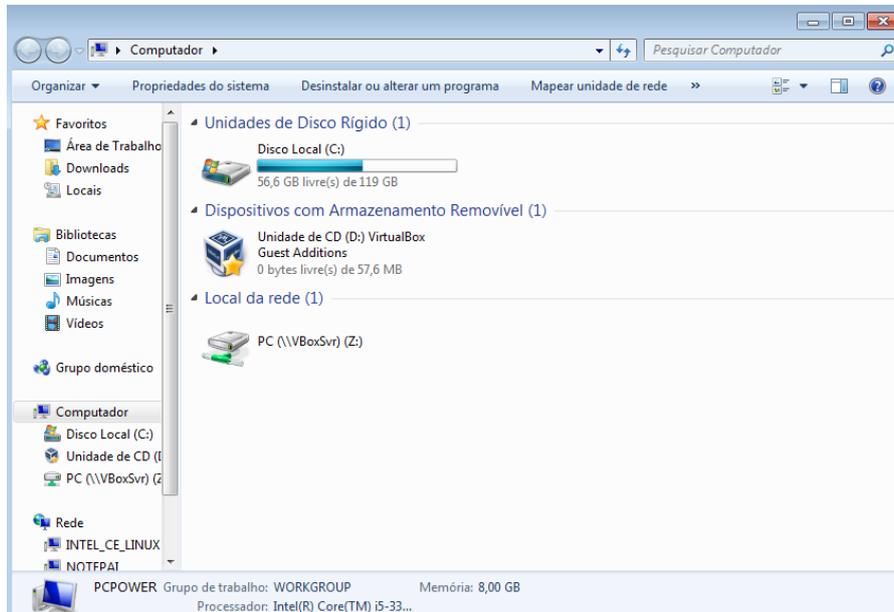
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

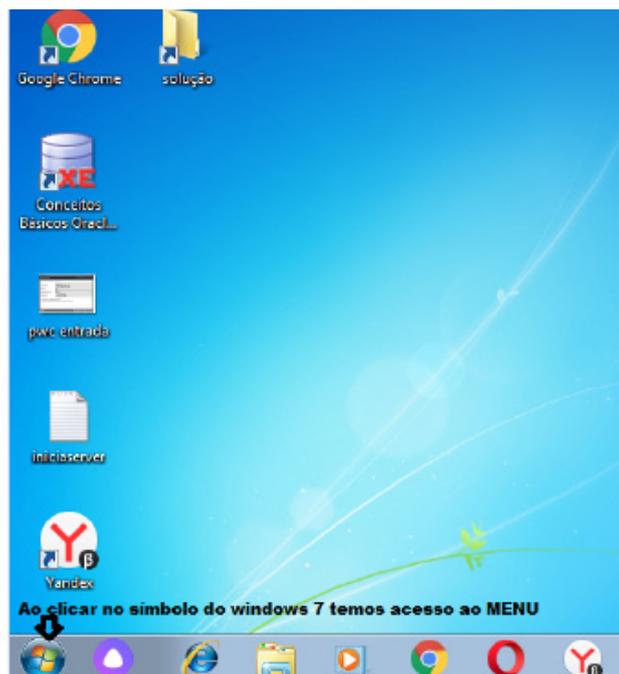
– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



Uso dos menus



Programas e aplicativos

- Media Player
- Media Center
- Limpeza de disco
- Desfragmentador de disco
- Os jogos do Windows.
- Ferramenta de captura
- Backup e Restore

Interação com o conjunto de aplicativos

Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

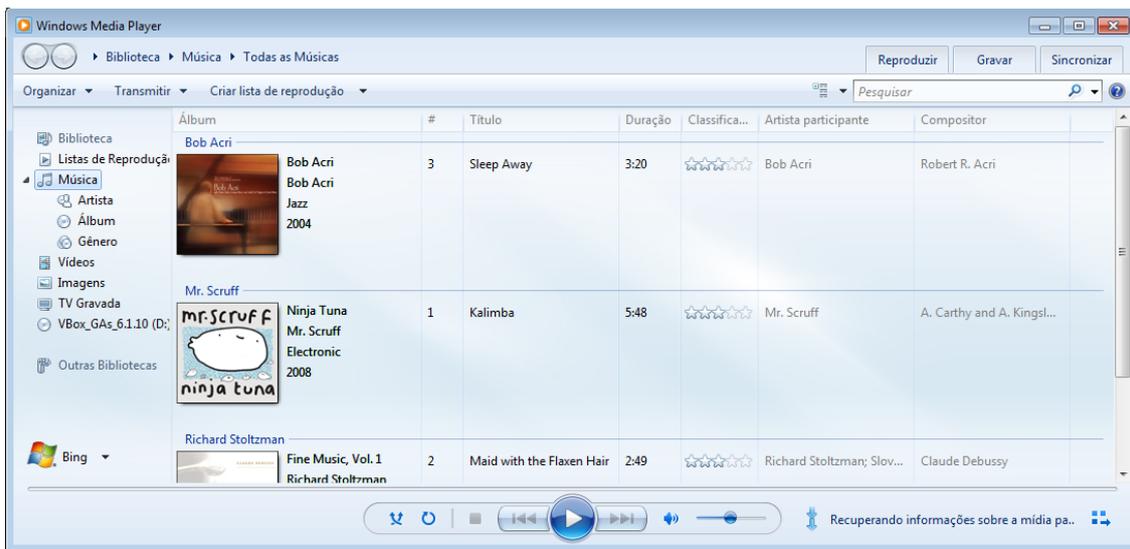
Facilidades



O Windows possui um recurso muito interessante que é o Capturador de Tela , simplesmente podemos, com o mouse, recortar a parte desejada e colar em outro lugar.

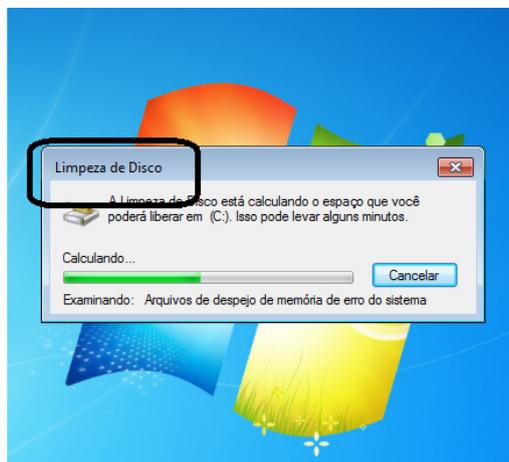
Música e Vídeo

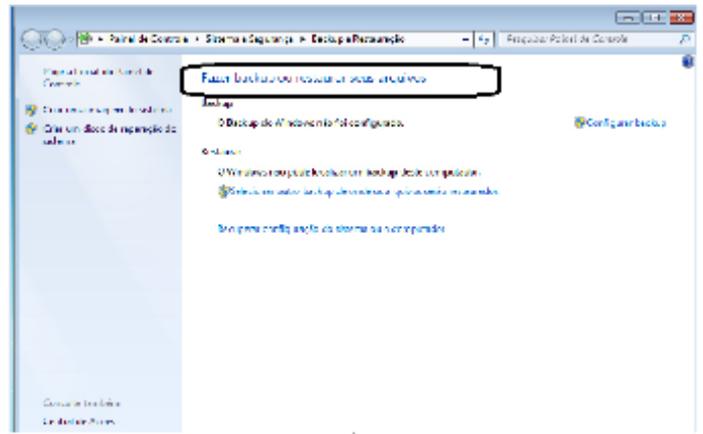
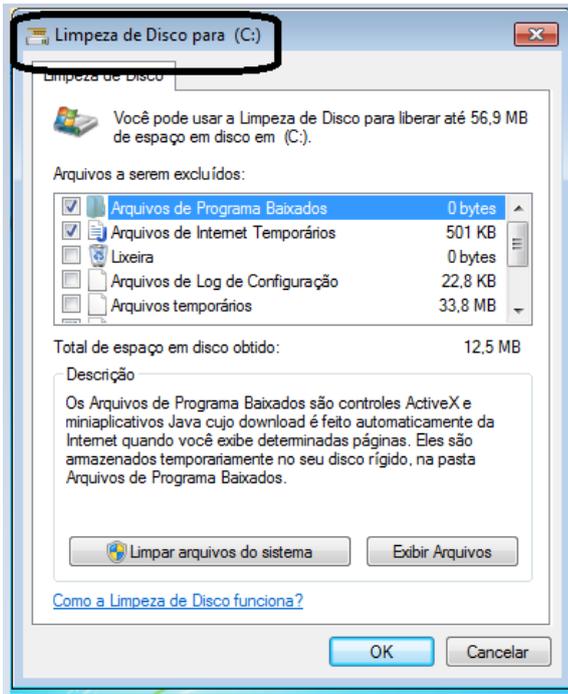
Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.



Ferramentas do sistema

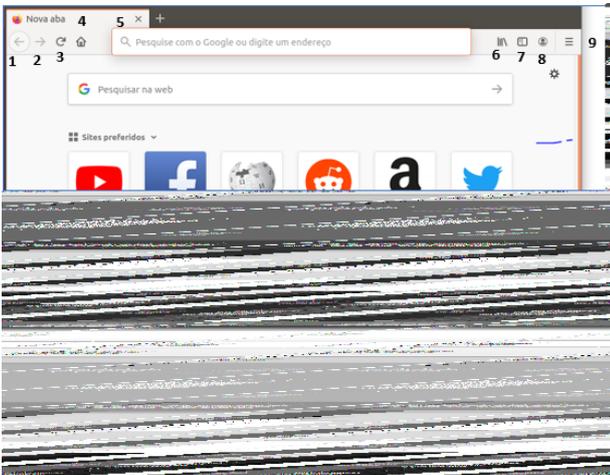
- A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.





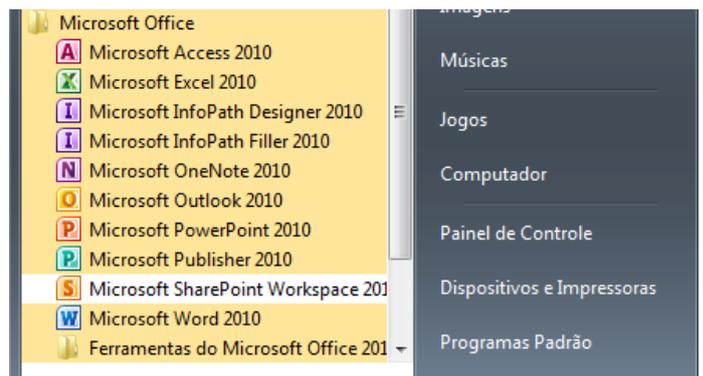
MS-OFFICE 2010. MS-WORD 2010: ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS, EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS, CABEÇALHOS, PARÁGRAFOS, FONTES, COLUNAS, MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS, TABELAS, IMPRESSÃO, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, LEGENDAS, ÍNDICES, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CAIXAS DE TEXTO. MS-EXCEL 2010: ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS, CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS, ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS, USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS, IMPRESSÃO, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS, CLASSIFICAÇÃO DE DADOS. MS-POWERPOINT 2010: ESTRUTURA BÁSICA DAS APRESENTAÇÕES, CONCEITOS DE SLIDES, ANOTAÇÕES, RÉGUA, GUIAS, CABEÇALHOS E RODAPÉS, NOÇÕES DE EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES, INSERÇÃO DE OBJETOS, NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, BOTÕES DE AÇÃO, ANIMAÇÃO E TRANSIÇÃO ENTRE SLIDES

• O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.



• O recurso de backup e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.

MICROSOFT OFFICE



O Microsoft Office é um conjunto de aplicativos essenciais para uso pessoal e comercial, ele conta com diversas ferramentas, mas em geral são utilizadas e cobradas em provas o Editor de Textos – Word, o Editor de Planilhas – Excel, e o Editor de Apresentações – PowerPoint. A seguir verificamos sua utilização mais comum: